REGIMENTO
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE LOULÉ

Agosto de 2015

(Retificação aprovada na continuação da Sessão Extraordinária de 31 de Julho de 2015, realizada em 03 de Agosto de 2015, da versão do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado na continuação da Sessão Ordinária de 30 de Abril de 2014, realizada em 05 de Maio de 2014)

Aprovado na Reunião da Comissão Permanente realizada no dia 17 de Abril de 2018

CAPÍTULO I

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Artº 1º

SEDE

A Assembleia Municipal tem a sua Sede no Edifício Engenheiro Duarte Pacheco, na Praça da República, nº 36, em Loulé.

Artº 2º

NATUREZA

- 1- A Assembleia Municipal de Loulé é um órgão representativo do Município dotado de poderes deliberativos que se rege nos termos da lei e do presente regimento.
- 2- A actividade dos seus membros visa a efectivação plena das atribuições e competências cometidas a este órgão pela Lei, na defesa dos interesses do concelho de Loulé e da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, no respeito da Constituição da República.
- 3- A Assembleia Municipal dispõe de um núcleo de apoio próprio, sob orientação do respetivo presidente e composto por trabalhadores do município, nos termos definidos pela mesa e a afectar pela câmara municipal,
- 4- A Assembleia municipal dispõe igualmente de instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento e representação, a afectar pela câmara municipal,
- 5- No orçamento municipal são inscritas, sob proposta da mesa da assembleia municipal, dotações discriminadas em rubricas próprias para pagamento das senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da Assembleia Municipal, bem como para a aquisição dos bens e serviços correntes necessária ao seu funcionamento e representação.

Artº 3º

COMPOSIÇÃO

A Assembleia Municipal é composta nos termos da legislação em vigor, sendo os seus membros designados como deputados municipais.

Artº 4º

CONVOCAÇÃO PARA O ATO DE INSTALAÇÃO

- 1 - Compete ao Presidente da Assembleia Municipal cessante proceder à convocação dos eleitos para o ato de instalação dos órgãos da Autarquia, que deve ser conjunto e sucessivo.
- 2 - A convocação é feita nos cinco dias subsequentes ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais, por meio de edital e carta com aviso de recepção ou através de protocolo.
- 3 - Na falta de convocação no prazo do número anterior, cabe ao cidadão melhor posicionado na lista vencedora das eleições para a Assembleia Municipal efectuar a convocação em causa nos cinco dias imediatamente seguintes ao esgotamento do prazo referido.

Artº 5º

INSTALAÇÃO

- 1 - O Presidente da Assembleia Municipal cessante, ou, na falta ou impedimento daquele, de entre os presentes, o cidadão melhor posicionado na lista vencedora procede à instalação da nova Assembleia até ao vigésimo dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais.
- 2 - Quem proceder à instalação verifica a identidade e a legitimidade dos eleitos e designa, de entre os presentes, quem redige o documento comprovativo do ato, que é assinado, pelo menos, por quem procedeu à instalação e por quem o redigiu.
- 3 - A verificação da identidade e legitimidade dos eleitos que hajam faltado justificadamente ao ato de instalação é feita pelo respetivo Presidente na primeira reunião do órgão a que compareçam.

Artº 6º

PRIMEIRA REUNIÃO

Até que seja eleito o Presidente da Assembleia, compete ao cidadão que tiver encabeçado a lista mais votada, ou na sua falta, ao cidadão sucessivamente melhor posicionado nessa mesma lista, presidir à primeira reunião de funcionamento da Assembleia Municipal, que se efectua imediatamente a seguir ao ato de instalação para efeitos de eleição do Presidente e Secretários da Mesa.

Artº 7º

COMPETÊNCIAS DE FUNCIONAMENTO

1 — Compete à assembleia municipal:

- a) Eleger, por voto secreto, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e os Secretários;
- b) Elaborar e aprovar o seu Regimento;
- c) Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;
- d) Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do município e sem prejudicar o funcionamento e a actividade normal da câmara municipal.

2 — No exercício das respetivas competências, a assembleia municipal é apoiada por trabalhadores dos serviços do município a afectar pela câmara municipal, nos termos do artigo 2º

Artº 8º

COMPETÊNCIAS DE APRECIÇÃO E FISCALIZAÇÃO

1 — Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal:

- a) Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões;
- b) Aprovar as taxas do município e fixar o respetivo valor;
- c) Deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município;
- d) Fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis, bem como autorizar o lançamento de derramas;
- e) Pronunciar-se, no prazo legal, sobre o reconhecimento pelo Governo de benefícios fiscais no âmbito de impostos cuja receita reverte para os municípios;
- f) Autorizar a contratação de empréstimos;
- g) Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município;
- h) Aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município;
- i) Autorizar a câmara municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG (Retribuição Mínima Mensal Garantida), e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública, assim como a alienar ou onerar bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- j) Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;
- k) Autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e o Estado e entre a câmara municipal e a entidade intermunicipal e autorizar a celebração e denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia;
- l) Autorizar a resolução e revogação dos contratos de delegação de competências e a resolução dos acordos de execução;
- m) Aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais e a estrutura orgânica dos serviços municipalizados;
- n) Deliberar sobre a criação de serviços municipalizados e todas as matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais que o mesmo não atribua à câmara municipal;

- o) Aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais e dos serviços municipalizados;
- p) Autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais;
- q) Deliberar sobre a afectação ou desafectação de bens do domínio público municipal;
- r) Aprovar as normas, delimitações, medidas e outros atos previstos nos regimes do ordenamento do território e do urbanismo;
- s) Deliberar sobre a criação do conselho local de educação;
- t) Autorizar a geminação do município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países;
- u) Autorizar o município a constituir as associações previstas no Capítulo IV da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- (v) Autorizar os conselhos de administração dos serviços municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos seus trabalhadores, tendo por objecto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares;
- w) Deliberar sobre a criação e a instituição em concreto do corpo de polícia municipal.
- x) Deliberar sobre a atribuição de despesas de representação dos titulares de cargos de direcção, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual.
- y) Aprovar incentivos à fixação de funcionários, nos termos da Lei;

2 — Compete ainda à Assembleia Municipal:

- a) Acompanhar e fiscalizar, a atividade da Câmara Municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na alínea k) do número anterior;
- b) Apreciar, com base na informação disponibilizada pela Câmara Municipal, os resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades;
- c) Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, a qual deve ser enviada ao Presidente da Assembleia Municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão;
- d) Solicitar e receber informação, através da Mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores;
- e) Aprovar referendos locais;
- f) Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da câmara municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização;
- g) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços do município, cuja documentação deve ser enviada para a Assembleia Municipal no prazo máximo de 10 dias após o recebimento da mesma;
- h) Discutir, na sequência de pedido de qualquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;
- i) Elaborar e aprovar o regulamento do conselho municipal de segurança; eleger um representante das juntas de freguesias e designar, nos termos da lei até ao máximo de 20 (vinte) cidadãos para integrar o referido Conselho.

- j) Tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o município;
 - k) Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município;
 - l) Apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
 - m) Fixar o dia feriado anual do município;
 - n) Estabelecer, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição dos brasões, dos selos e das bandeiras do município e proceder à sua publicação no Diário da República.
 - o) Acompanhar, com base em informação útil da Câmara Municipal, facultada em tempo oportuno, a actividade desta e os respetivos resultados nas associações e federações de municípios, empresas, cooperativas, fundações ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no respetivo capital social ou equiparado;
 - p) Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para estudo dos problemas relacionados com as atribuições próprias da autarquia, sem interferência no funcionamento e na actividade normal da Câmara;
 - q) Votar moções de censura à Câmara Municipal em avaliação da acção desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros;
 - r) Aprovar, nos termos da Lei, o regulamento do Conselho Municipal de Educação e proceder à eleição de um representante das juntas de freguesias;
 - s) Aprovar, nos termos da lei, o regulamento do Conselho Municipal de Juventude e a designação de um membro de cada Partido Político ou de Grupo de Cidadãos Eleitores para integrar o respetivo órgão;
 - t) Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;
 - u) Exercer outras competências que lhe sejam conferidas por Lei.
 - v) Aprovar o Regulamento do Provedor do Município;
 - w) Eleger o Provedor do Município.
- x) Designação do Fiscal Único nas empresas do sector empresarial municipal nos termos do artigo 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto;
- y) Aprovar o Regulamento da Comissão Municipal de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ) e eleição de quatro cidadãos eleitores para integrarem a comissão alargada nos termos da alínea l) artº 17º da Lei nº147/99 de 1 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela lei 23/2017 de 23de Maio;
- z) Aprovar o Regulamento da Comissão Municipal de Protecção Civil e eleição de um representante das juntas de freguesia nos termos da alínea i) do artigo 41º da Lei nº 80/2015, de 3 de agosto;
- aa) Designação até cinco representantes das juntas de freguesia na Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios nos termos da alínea b) do nº1 do artigo 3º-D da Secção I, do Capítulo II da Lei nº 76/2017, de 17 de agosto;
- bb) Aprovar o Regulamento de atribuição de Medalhas de Honra e Mérito Municipal.

3 — Não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara Municipal referidas nas alíneas a), i) e m) do n.º 1 e na alínea l) do número anterior, sem prejuízo de esta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela Assembleia Municipal.

4 — As propostas de autorização para a contratação de empréstimos apresentadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea f) do n.º 1, são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

5- As alterações orçamentais por contrapartida da diminuição ou anulação das dotações da Assembleia Municipal deverão ser aprovadas por este órgão.

6 - Compete também à assembleia municipal:

- a) Convocar o secretariado executivo da comunidade intermunicipal, nos termos da presente lei, com o limite de duas vezes por ano, para responder perante os seus membros pelas atividades desenvolvidas no âmbito da comunidade intermunicipal do respetivo município;
- b) Aprovar moções de censura ao secretariado executivo intermunicipal, no máximo de uma por mandato.

Artº 9º

COMISSÕES EVENTUAIS E GRUPOS DE TRABALHO

- 1 - A Assembleia Municipal pode, em qualquer momento, constituir comissões eventuais e grupos de trabalho, definindo na mesma oportunidade as respetivas competências, composição e duração do mandato, possibilitando a sua distribuição
- 2 - Para comissões eventuais e grupos de trabalho, poderão ser convidadas pessoas exteriores à Assembleia Municipal, cujo contributo seja considerado importante para os objetivos em causa, desde que, a proposta seja aprovada por maioria qualificada dos Grupos Municipais representados na Comissão Permanente.

Artº 10º

PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

- 1 - A Câmara Municipal faz-se representar obrigatoriamente nas sessões da Assembleia Municipal pelo seu Presidente, que pode intervir nos debates, sem direito a voto.
- 2 - Em caso de justo impedimento, o Presidente da Câmara pode fazer-se substituir pelo seu substituto legal.
- 3 - Os vereadores devem assistir às sessões da Assembleia Municipal, sendo-lhes facultado intervir nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal.
- 4 - Os vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra.

CAPÍTULO II
MESA DA ASSEMBLEIA

Artº 11º
COMPOSIÇÃO E ELEIÇÃO DA MESA

- 1 - A Mesa da Assembleia é composta por um Presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário e é eleita pela Assembleia Municipal, por escrutínio secreto, de entre os seus membros.
- 2 - As candidaturas deverão ser subscritas por um número mínimo de 5 Deputados Municipais ou por um Grupo Municipal com igual representatividade através de listas completas das quais constam os cargos a desempenhar pelos respetivos candidatos.
- 3 - Verificando-se empate na votação, procede-se a nova eleição, obrigatoriamente uninominal.
- 4 - A Mesa é eleita pelo período do mandato, podendo os seus membros ser destituídos, em qualquer altura, por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da Assembleia.
- 5 - O Presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1º Secretário e este pelo 2º Secretário e, na falta de qualquer destes, o mesmo será substituído pelo membro da Assembleia Municipal que o Presidente da Mesa designar.
- 6 - Na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da Mesa, a Assembleia elege, por voto secreto, de entre os membros presentes, o número necessário de elementos para integrar a Mesa que vai presidir a reunião.
- 7 - O Presidente da Mesa é o Presidente da Assembleia Municipal.

Artº 12º
COMPETÊNCIAS DA MESA

- 1 - Compete à Mesa da Assembleia Municipal:
 - a) Elaborar o projeto de Regimento da Assembleia Municipal ou propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito;
 - b) Deliberar sobre as questões de interpretação e integração de lacunas do regimento;
 - c) Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição;
 - d) Verificar a conformidade legal e admitir as propostas da Câmara Municipal legalmente sujeitas à competência deliberativa da Assembleia Municipal;
 - e) Encaminhar, em conformidade com o regimento, as iniciativas dos membros da assembleia municipal, dos grupos municipais e da câmara municipal;
 - f) Assegurar a redação final das deliberações;
 - g) Realizar as ações que lhe sejam determinadas pela assembleia municipal no exercício da competência a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 8º;
 - h) Encaminhar para a assembleia municipal as petições e queixas dirigidas à mesma;

- i) Requerer à câmara municipal ou aos seus membros a documentação e informação que considere necessárias ao exercício das competências da assembleia municipal, assim como ao desempenho das suas funções, nos termos e com a periodicidade julgados convenientes;
- j) Proceder à marcação e justificação de faltas dos membros da assembleia municipal;
- k) Comunicar à assembleia municipal a recusa da prestação de quaisquer informações ou documentos, bem como a falta de colaboração por parte da câmara municipal ou dos seus membros;
- l) Comunicar à assembleia municipal as decisões judiciais relativas à perda de mandato em que incorra qualquer membro;
- m) Dar conhecimento à assembleia municipal do expediente relativo aos assuntos relevantes;
- n) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinadas pela assembleia municipal;
- o) Exercer as demais competências legais.
- p) Toda a documentação elaborada e proveniente da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal, devem estar corretamente digitalizados (em formato PDF norma ISO), sem falhas de legibilidade, com todas as páginas numeradas e rubricadas e o documento tem obrigatoriamente estar assinado pelo responsável legal.

2 - O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao interessado, pessoalmente ou por via postal.

3- Das deliberações da mesa da assembleia municipal cabe recurso para o plenário.

Artº 13º

COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE

- 1- O Presidente representa a Assembleia Municipal, dirige e coordena os seus trabalhos e compete-lhe, nomeadamente:
 - a) Representar a Assembleia Municipal, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos;
 - b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
 - c) Abrir e encerrar os trabalhos das sessões;
 - d) Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das sessões;
 - e) Assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações;
 - f) Suspender e encerrar antecipadamente as sessões, quando circunstâncias excecionais o justificarem, mediante decisão fundamentada a incluir na ata da sessão;
 - g) Integrar o conselho municipal de segurança;
 - h) Comunicar à assembleia de freguesia ou à câmara municipal as faltas dos presidentes de junta de freguesia e do presidente da câmara municipal às sessões da assembleia municipal;
 - i) Comunicar ao Ministério Público competente as faltas injustificadas dos restantes membros da assembleia, para os efeitos legais;

- j) Admitir e dar o encaminhamento às propostas de resolução, propostas de moção de atualidade e urgência, propostas de recomendação de alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano e perguntas escritas, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso dos seus autores para a Assembleia;
- k) Dar oportuno conhecimento à Assembleia das informações, explicações e convites que lhe forem dirigidos;
- l) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinados pela lei, pelo regimento ou pela assembleia municipal;
- m) Assegurar o cumprimento do Regimento, das leis e das deliberações da Assembleia;
- n) Exercer as demais competências legais.

2 — Compete ainda ao presidente da assembleia municipal autorizar a realização de despesas orçamentadas relativas a senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da assembleia municipal e de despesas relativas às aquisições de bens e serviços correntes necessárias ao seu regular funcionamento e representação, comunicando o facto, para os devidos efeitos legais, incluindo os correspondentes procedimentos administrativos, ao presidente da câmara municipal.

Artº 14º

COMPETÊNCIAS DOS SECRETÁRIOS

- 1- Compete aos Secretários da Mesa coadjuvar o Presidente da Assembleia, no exercício das suas funções nomeadamente:
 - a) Proceder à conferência das presenças nas sessões, assim como verificar o quórum, em qualquer momento;
 - b) Organizar a matéria a submeter à votação, registando os respetivos resultados;
 - c) Organizar as inscrições dos membros da Assembleia e da Câmara Municipal que pretendam usar da palavra;
 - d) Assinar, em caso de delegação do Presidente, a correspondência expedida pela Assembleia;
 - e) Servir de escrutinadores;
 - f) Secretariar as reuniões, lavrar e subscrever as respetivas atas;
- 2- Em caso de renúncia ou perda de mandato do Presidente da Assembleia, compete ainda ao 1º Secretário, ou por impedimento deste, ao seu substituto, a convocação de uma sessão extraordinária para eleição de novo Presidente.
- 3- Os secretários podem renunciar ao cargo mediante comunicação escrita à Assembleia Municipal, tornando-se a renúncia efectiva de imediato, reassumindo as suas funções no respetivo grupo municipal.

Artº 15º

FUNCIONAMENTO PERMANENTE DA MESA

A Mesa da Assembleia Municipal funcionará com carácter permanente, assegurando com celeridade o expediente, a representação da Assembleia e o funcionamento das comissões eventuais ou grupos de trabalho.

CAPÍTULO III

DEPUTADOS MUNICIPAIS

Artº 16º

DURAÇÃO DO MANDATO

1 - O período do mandato dos Deputados Municipais é de 4 (quatro) anos e inicia-se com o ato de instalação da Assembleia Municipal que inclui verificação da identidade e legitimidade dos eleitos pelo Presidente da Assembleia cessante.

2 - Os Deputados Municipais, cessam as suas funções quando forem legalmente substituídos, sem prejuízo da cessação individual prevista na Lei ou no Regimento.

Artº 17º

VERIFICAÇÃO DE PODERES E TOMADA DE POSSE

A verificação de poderes consiste na apreciação da regularidade formal dos mandatos, nos termos da legislação em vigor, após o que o Presidente da Mesa conferirá a respetiva tomada de posse.

Artº 18º

SUSPENSÃO DE MANDATO

- 1 - Determinam a suspensão de mandato:
 - a) Deferimento do requerimento de substituição temporária por motivos relevantes, devendo indicar o tempo abrangido;
 - b) O trânsito em julgado de despacho de pronúncia, ou equivalente por crime doloso;
 - c) O exercício de outras funções legalmente consideradas incompatíveis.
- 2 - A suspensão que, por uma só vez ou cumulativamente, ultrapasse 365 dias no decurso do mandato constitui, de pleno direito, renúncia ao mesmo, salvo se no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.
- 3 - A pedido do interessado, devidamente fundamentado, o plenário do órgão pode autorizar a alteração do prazo pelo qual inicialmente foi concedida a suspensão do mandato, até ao limite estabelecido no número anterior.

- 4 - Enquanto durar a suspensão, os membros dos órgãos autárquicos são substituídos nos termos do artigo 25º.
- 5 - A convocação do membro substituto faz-se nos termos do nº 4 do artigo 21º.
- 6 - Os deputados municipais podem pedir ao Presidente da Assembleia a sua substituição, sob alegação de motivo relevante, por períodos que no total não sejam superiores a 365 dias, no decurso do mandato, sob pena de se considerar como renúncia ao mesmo.
- 7 - Por motivo relevante entende-se, entre outros:
 - a) Doença comprovada;
 - b) Exercício dos direitos de maternidade e paternidade;
 - c) Afastamento temporário da área de autarquia, por período superior a 30 dias.
 - d) Actividade de carácter profissional inadiável.

Artº19º

CESSAÇÃO DA SUSPENSÃO

- 1- A suspensão do mandato cessa:
 - a) No final do pedido de suspensão, ou pelo regresso antecipado do deputado, devidamente comunicado ao Presidente da Mesa;
 - b) No caso do nº 1 da alínea b) do artigo 18º, por decisão absolutória, ou equivalente, ou com o cumprimento da pena;
 - c) No caso do nº 1 da alínea c) do artigo 18º, pela cessação das funções incompatíveis com a de deputado municipal.
- 2- Quando o deputado municipal retomar o exercício do seu mandato, cessam imediatamente os poderes de quem o tenho substituído;

Artº 20º

AUSÊNCIA INFERIOR A 30 DIAS

1. Os deputados municipais podem fazer-se substituir nos casos de ausência por períodos até 30 dias.
2. A substituição obedece ao disposto no Artº 24º e mediante simples comunicação por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal.

Artº 21º

RENÚNCIA AO MANDATO

- 1 - Os titulares dos órgãos das autarquias locais gozam do direito de renúncia ao respetivo mandato a exercer mediante manifestação de vontade apresentada, quer antes quer depois da instalação dos órgãos respetivos.
- 2 - A pretensão é apresentada por escrito e dirigida a quem deve proceder à instalação ou ao Presidente do órgão, consoante o caso.

- 3 - A substituição do renunciante processa-se de acordo com o disposto no número seguinte.
- 4 - A convocação do membro substituto compete a entidade referida no nº 2 e tem lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a primeira reunião que a seguir se realizar, salvo se a entrega do documento de renúncia coincidir com o ato de instalação ou reunião do órgão e estiver presente o respetivo substituto, situação em que, após a verificação da sua identidade e legitimidade, a substituição se opera de imediato, se o substituto a não recusar por escrito de acordo com o nº 2.
- 5 - A falta de eleito local ao ato de instalação do órgão não justificada por escrito no prazo de 30 dias ou considerada injustificada equivale a renúncia de pleno direito.
- 6 - O disposto no número anterior aplica-se igualmente, nos seus exatos termos, a falta de substituto, devidamente convocado, ao ato de assunção de funções.
- 7 - A apreciação e a decisão sobre a justificação referida nos números anteriores cabem ao próprio órgão e devem ter lugar na primeira reunião que se seguir à apresentação tempestiva da mesma.

Artº 22º

PERDA DE MANDATO

- 1- Perdem o mandato os deputados municipais que, nomeadamente:
 - a) Após a eleição, sejam colocados em situação que os torne inelegíveis, ou relativamente aos quais se tornem conhecidos elementos supervenientes reveladores de uma situação de inelegibilidade já existente, mas não detectada previamente à eleição;
 - b) Após a eleição, se inscrevam em partido diverso daquele pelo qual foram apresentados ao sufrágio;
 - c) Sem motivo justificado, deixem de comparecer a 3 sessões ou 6 reuniões seguidas, ou a 6 sessões, ou a 12 reuniões interpoladas;
 - d) Pratiquem outros atos aos quais a lei confira tal sanção.
- 2- Nos casos previstos no número anterior, compete à Assembleia Municipal declarar a perda de mandato dos deputados, com efeito imediato a partir da própria sessão.
- 3- O Presidente agendará para a reunião imediatamente a seguir à sua apresentação qualquer situação que determine a perda de mandato, devendo a deliberação a que se refere o número anterior ser proferida nessa mesma reunião, salvo se, por motivos relevantes, a Assembleia Municipal decidir para a reunião seguinte a votação final.
- 4- Logo que a Mesa constate uma situação que determine perda de mandato, deve o Presidente dar conhecimento à Assembleia Municipal e solicitar parecer à Comissão Permanente com o objetivo de ouvir o visado.
- 5- Qualquer dos deputados municipais poderá, em requerimento escrito e fundamentado, expor as razões que julgue de interesse para a comissão permanente.
- 6- As conclusões da comissão permanente serão apresentadas por escrito na reunião para a qual esteja agendada a deliberação sobre a perda de mandato, devendo as mesmas ser distribuídas a todos os deputados para prévio conhecimento.

- 7- Após ouvir as conclusões da comissão permanente, a Assembleia Municipal delibera sem debate prévio, tendo o visado ou outro deputado municipal por ele designado o direito de usar da palavra por tempo não superior a dez minutos.
- 8- Da deliberação que declare a perda de mandato cabe recurso para o Tribunal Administrativo do Círculo, a interpor no prazo legal a contar da notificação ou do conhecimento oficial da deliberação.
- 9- O recurso determina a suspensão do mandato até decisão judicial transitada em julgado.

Artº 23º

CESSAÇÃO DO MANDATO

Para além dos casos previstos no artigo 22º, o mandato cessa em caso de morte, término das funções e de renúncia.

Artº 24º

SUBSTITUIÇÃO DOS DEPUTADOS

1 - Em caso de vacatura ou suspensão do mandato, o deputado municipal será substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista de candidatura, ou, tratando-se de Coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do Partido pelo qual havia sido proposto o Membro que deu origem à vaga, que não esteja em exercício ou impedido.

2 - Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo Partido, o mandato é conferido ao candidato imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela Coligação.

3 - A convocação do substituto de um deputado municipal compete ao Presidente e deverá ter lugar no período que medeia entre a autorização da substituição e a realização de uma nova reunião da Assembleia.

4 - Esgotada a possibilidade de substituição prevista no número 1 do presente artigo, e desde que não esteja em efectividade de funções a maioria legal dos membros da Assembleia Municipal, o Presidente comunicará o fato à entidade legalmente competente para que esta marque novas eleições.

Artº 25º

PREENCHIMENTO DE VAGAS

- 1 - Quando algum dos membros deixar de fazer parte da Assembleia por morte, renúncia, perda de mandato ou por outra razão é substituído nos termos do artigo 23º. Tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.
- 2 - Esgotada a possibilidade de substituição prevista no número anterior e desde que não esteja em efectividade de funções a maioria do número legal dos membros da Assembleia, o Presidente comunica o facto ao membro do Governo com a tutela das autarquias locais para que este marque, no prazo máximo de 30 dias, novas eleições.
- 3 - As eleições realizam-se no prazo de 40 a 60 dias a contar da data da respetiva marcação.
- 4 - A nova Assembleia Municipal completa o mandato da anterior.

Artº 26º

PARTICIPAÇÃO NAS SESSÕES

Em cada sessão haverá uma folha de presenças que deve ser assinada pelos deputados municipais, sendo o nome dos presentes, dos ausentes e as respetivas justificações de falta inscritos na ata.

Artº 27º

DISPENSA DE FUNÇÕES

- 1 - Os deputados municipais têm direito à dispensa do exercício das respetivas funções profissionais, sejam públicas ou privadas, durante o funcionamento da Assembleia ou das Comissões por ela nomeadas se estas reunirem em horário incompatível.
- 2 - O tempo de dispensa previsto no número anterior considera-se, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

Artº 28º

DEVERES DOS DEPUTADOS

- 1- Sem prejuízo de outros deveres previstos na Lei, constituem deveres dos Deputados Municipais:
 - a) Comparecer à hora marcada em cada convocatória para o início da respectiva reunião da Assembleia Municipal ou das Comissões a que pertençam, assinar a lista de presenças e permanecer até ao final dos respectivos trabalhos;

- b) Desempenhar os cargos e as funções para que sejam eleitos ou designados e a que, se não hajam oportunamente escusados;
 - c) Participar nas discussões e votações se, por Lei, de tal não estiverem impedidos;
 - d) Respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus Membros;
 - e) Preservar a ordem e a disciplina fixada no Regimento, e respeitar a autoridade do Presidente e da Mesa da Assembleia.
 - f) Contribuir, pela sua diligência, para a eficácia e o prestígio dos trabalhos da Assembleia Municipal e, em geral, para a observância da Constituição, das leis e dos regulamentos;
- 2- A justificação das faltas às sessões ou reuniões deve ser apresentada por escrito ao Presidente da Assembleia no prazo de 10 dias a contar da sua ocorrência.
- 3- A Mesa da Assembleia mantém à disposição pública, nos respectivos serviços de apoio, os registos das faltas e justificações de todos os seus Membros.

Artº 29º

DIREITOS DOS DEPUTADOS

- 1 - Para o regular exercício do seu mandato e sem prejuízo de outros direitos previstos na lei, constituem direitos dos Deputados Municipais:
- a) Apresentar propostas de resolução sobre assuntos de interesse para o concelho de Loulé sobre a actividade da Câmara Municipal e de outros organismos da administração pública;
 - b) Apresentar propostas de alteração;
 - c) Apresentar propostas de recomendação de alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano ou de outros assuntos de interesse para o município;
 - d) Apresentar por escrito propostas de resolução, recomendações e moções de atualidade e urgência;
 - e) Apresentar à Câmara Municipal perguntas de resposta oral;
 - f) Apresentar à Câmara Municipal perguntas escritas com resposta escrita;
 - g) Apresentar por escrito moções de censura à Câmara Municipal;
 - h) Participar nas discussões e votações;
 - i) Propor e integrar a constituição de comissões eventuais e grupos de trabalho, necessárias ao exercício das atribuições da Assembleia;
 - j) Requerer elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do mandato;
 - k) Usar da palavra nos termos do Regimento, sem ser interrompido;
 - l) Propor por escrito as alterações ao Regimento;
 - m) Propor a realização, pelas entidades competentes, de inquéritos à atuação dos órgãos ou serviços municipais;
 - n) Receber as atas das reuniões de Câmara, o Boletim Municipal e demais publicações municipais gratuitas.
- 1 - Os Deputados Municipais têm ainda o direito a:
- a) Usar um documento de identificação outorgado pelo Presidente da Assembleia;

- b) Receber senhas de presença, ajudas de custo, subsídios de transporte, seguro, e outras compensações pecuniárias previstas na Lei referentes à sua participação nas sessões, reuniões, comissões e no desempenho de cargos de representação da Assembleia;
- c) Usufruir de condições de funcionamento e de trabalho de acordo com as suas competências e responsabilidades para o melhor desempenho das suas funções;
- Utilizar gratuitamente no exercício das suas funções, os parques de estacionamento ou as zonas de duração limitada de estacionamento do domínio municipal, mediante a exibição de documento específico de identificação, ou outro processo que vier a ser criado;
- d) Circular livremente em lugares públicos de acesso condicionado na área do município, quando necessário ao efetivo exercício das respetivas funções ou por causa delas mediante a exibição de documento específico de identificação;
- e) Constar no protocolo Municipal para participar nos eventos promovidos ou patrocinados pelo Município;
- f) Aceder livremente a todas as instalações e equipamentos desportivos e culturais do Município, nomeadamente: piscinas, pavilhões gimnodesportivos e Cine teatro Louletano;
- g) Beneficiar de proteção em caso de acidente;
- h) Solicitar o auxílio de quaisquer autoridades, sempre que o exijam os interesses do Município;
- i) Beneficiar da proteção conferida pela lei penal aos titulares de cargos públicos;
- j) Beneficiar de apoio nos processos judiciais que tenham como causa o exercício das respetivas funções.

CAPÍTULO IV PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Artº 30º

PARTICIPAÇÃO NAS SESSÕES

- 1 - Por inerência da sua função, os presidentes de Junta de Freguesia são membros da Assembleia Municipal.
- 2 - Nas sessões da Assembleia Municipal participam os cidadãos que encabeçaram as listas mais votadas na eleição para as Assembleias de Freguesia na área do município, enquanto estas não forem instaladas.
- 3 - Os presidentes das Juntas de Freguesia são substituídos em caso de impedimento pelo substituto legal por ele designado.

CAPÍTULO V GRUPOS MUNICIPAIS

Artº 31º

CONSTITUIÇÃO

- 1 - Os deputados municipais eleitos, bem como os presidentes de Junta de Freguesia, podem constituir-se em grupos municipais.
- 2 - Os deputados municipais que não integrem um grupo municipal assumem a qualidade de deputados independentes.
- 3 - Qualquer deputado municipal pode requerer à Mesa a sua passagem à condição de independente.
- 4 - A Mesa decide quanto à distribuição dos lugares na sala das sessões entre os grupos municipais e os deputados independentes, depois de ouvida a comissão permanente.

Artº 32º

REPRESENTAÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS

Cada grupo municipal designará, de entre os seus membros, um representante e o seu substituto que servirá de elo de ligação com a Mesa e com os outros grupos municipais para um melhor desenvolvimento dos trabalhos da Assembleia Municipal.

Artº 33º

ORGANIZAÇÃO E INSTALAÇÕES

- 1 - Cada grupo municipal estabelece a sua organização, devendo qualquer alteração ser comunicada à Mesa.
- 2 - Os grupos municipais têm direito, de acordo com a disponibilidade dos serviços da Assembleia Municipal, a instalações condignas, a definir no início de cada mandato.
- 3 - Para efeitos do disposto no número anterior, os deputados independentes são equiparados a grupo municipal.

Artº 34º

COMISSÃO PERMANENTE

- 1 - A comissão permanente é o órgão consultivo do Presidente da Assembleia, que a ela preside, e é constituída pelos Secretários e pelos Representantes dos Grupos Municipais.
- 2 - A comissão reúne, quando convocada pelo Presidente da Assembleia, por sua iniciativa ou a pedido de qualquer grupo municipal, até vinte dias úteis subsequentes.

- 3 - Compete à comissão:
- a) Pronunciar-se sobre assuntos que tenham a ver com o regular funcionamento da Assembleia Municipal, da sua representação e das comissões;
 - b) Propor a introdução de assuntos de interesse para o município nos períodos “Antes da Ordem do Dia” e “Ordem do Dia”, sem prejuízo do disposto no artigo 38º;
 - c) Colaborar na preparação das sessões plenárias da Assembleia, designadamente sobre a distribuição dos tempos globais de debate de cada matéria agendada, bem como a definição da data da sessão quer esta seja ordinária ou extraordinária, salvo se por motivos imperativos urgentes.
- 4 - As recomendações da comissão, na falta de consenso, são tomadas por maioria, atendendo à representatividade de cada grupo municipal.

Artº 35º

DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES

- 1 - A Assembleia elege os titulares dos cargos exteriores, cuja designação lhe compete, que a devem representar, nos termos estabelecidos pela Lei.
- 2 - As candidaturas são apresentadas ao Presidente da Assembleia até ao início do período de Antes da Ordem do Dia, na sessão em que tiver lugar a eleição, acompanhadas de declaração de aceitação da candidatura.
- 3 - Quando a representação da Assembleia a uma entidade integrar dois ou mais candidatos, a eleição dos mesmos deve seguir o método de Hondt, salvo se outro método for especificado para o efeito.
- 4 - Os representantes da Assembleia Municipal deverão efectuar relatórios semestrais sobre a sua actividade, assuntos debatidos e deliberações tomadas, salvo situações que exijam confidencialidade, entregando-os à Mesa da Assembleia para que sejam enviados aos deputados municipais, juntamente com a convocatória, para a sessão seguinte da Assembleia.

CAPÍTULO VI

SESSÕES DA ASSEMBLEIA

Artº 36º

LOCAL DAS SESSÕES

A Assembleia Municipal reúne habitualmente na sua Sede, podendo, ouvida a Comissão Permanente dos Grupos Municipais, reunir-se noutro local do concelho de Loulé, de preferência público, quando requerido nos termos do Artigo 39º do presente Regimento, ou assim seja julgado conveniente pelo Presidente da Mesa.

Artº 37º

SESSÕES ORDINÁRIAS

- 1 - A Assembleia Municipal tem anualmente cinco sessões ordinárias, em Fevereiro, Abril, Junho, Setembro e Novembro ou Dezembro.
- 2 - A segunda sessão destina-se à apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, e ainda à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, e a quinta sessão à aprovação das opções do plano e da proposta do orçamento, salvo o disposto no número seguinte.
- 3 - A aprovação das Grandes Opções do Plano e da Proposta de Orçamento para o ano imediato ao da realização de eleições gerais tem lugar, em sessão ordinária ou extraordinária do órgão deliberativo que resultar do ato eleitoral, até ao final do mês de Abril do referido ano.
- 4 - O disposto no número anterior é igualmente aplicável no caso de sucessão de órgãos autárquicos na sequência de eleições intercalares realizadas nos meses de Novembro e Dezembro.

Artº 38º

SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

- 1 - O Presidente da Mesa convoca extraordinariamente a Assembleia Municipal, por sua própria iniciativa, quando a Mesa assim o deliberar ou, ainda, a requerimento:
 - a) De um terço dos seus membros ou de grupos municipais com idêntica representatividade;
 - b) Do Presidente da Câmara Municipal, em execução de deliberação desta;
 - c) De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do município equivalente a 5 % do número de cidadãos eleitores até ao limite máximo de 2500.
- 2 - Os requerimentos deverão ser apresentados por escrito com indicação do assunto que os requerentes pretendem ver tratados na sessão extraordinária.
- 3 - O Presidente da Mesa, no prazo de cinco dias após a sua iniciativa ou da mesa ou a receção dos requerimentos previstos no número 1, por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo, convoca a sessão extraordinária da assembleia municipal, a qual se deverá realizar no prazo mínimo de três e máximo de dez dias após a sua convocação.
- 4 - Quando o Presidente da Mesa não efectue a convocação que lhe tenha sido requerida nos termos do número anterior, podem os requerentes efectuar-la directamente, com invocação dessa circunstância, observando o disposto no número anterior, com as devidas adaptações e publicitando-a nos locais habituais.
- 5 - Para as sessões extraordinárias convocadas nos termos da alínea c) do nº1 do presente artigo, os representantes dos requerentes, serão também convocados.
- 6 - Os representantes a que se refere o número anterior poderão intervir na sessão, sendo-lhes concedido um tempo de acordo com o estipulado pela Comissão Permanente,

podendo formular sugestões ou propostas, as quais apenas serão votadas pela Assembleia se esta assim o deliberar.

Artº 39º

DEBATE SOBRE O ESTADO DO MUNICÍPIO

Anualmente, sob proposta da Comissão Permanente, realizar-se-á, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal destinada a um debate sobre o “Estado do Município”, nas seguintes condições:

- a) A sessão terá a duração limitada a uma única reunião;
- b) No início da sessão, o Presidente da Câmara fará uma intervenção, por um período não superior a trinta (30) minutos;
- c) Seguir-se-á um período de intervenções dos Deputados Municipais, nos termos acordados pela Comissão Permanente, o qual nunca poderá ultrapassar os noventa (90) minutos, distribuídos conforme o critério definido no artigo 48º;
- d) Para eventuais esclarecimentos sobre as intervenções, o Presidente da Câmara disporá de um período de tempo não superior a 30 (trinta minutos), situação que poderá delegar nos Vereadores.

Artº 40º

SESSÕES SOBRE TEMAS DE NATUREZA RELEVANTE

A comissão permanente, poderá propor por maioria qualificada de 2/3 a realização, de sessões da Assembleia Municipal para evocação ou comemoração de efemérides de importância relevante para o Município ou de interesse nacional, nas seguintes condições:

- a) A sessão terá a duração limitada a uma única reunião e sem intervenção do público;
- b) A comissão permanente, estabelecerá o período máximo previsto para cada sessão;
- c) O início da sessão, o Presidente da Assembleia fará uma intervenção de apresentação sobre o tema;
- d) Seguir-se-á um período de intervenções dos Deputados Municipais, nos termos acordados pela Comissão Permanente;
- e) Para estas sessões, o Presidente da Câmara disporá de um período de tempo, nos termos definidos pela comissão permanente;
- d) Nas sessões para evocação ou comemoração de efemérides de importância relevante para o Município ou de interesse nacional poderão ser convidados a participar individualidades cuja presença se considere importante pelo seu conhecimento sobre os temas.

Artº 41º

SESSÕES SOBRE DEBATES ESPECÍFICOS

- 1 - Em cada semestre, o Presidente da Assembleia, a Comissão Permanente, as Comissões Eventuais e os Grupos Municipais podem propor à Mesa da Assembleia a realização de debates sobre matérias específicas de política municipal.
- 2- O modelo de debate será acordado previamente e os tempos de intervenção serão definidos em sede da Comissão Permanente.
- 3 - Nestas sessões podem ser convidadas a participar individualidades cuja presença se considere útil pelo seu conhecimento dos temas em debate.
- 4 - Nestas sessões não há «Período de Antes da Ordem do Dia».

Artº 42º

SESSÕES SOBRE DEBATES TEMÁTICOS

- 1 - O Presidente da Assembleia, a Comissão Permanente, as Comissões Eventuais e os Grupos Municipais, podem propor à Mesa a realização de debates temáticos.
- 2 - Os proponentes da realização do debate temático devem, previamente, entregar à Mesa da Assembleia, documento enquadrador, contendo proposta de tema, de data, formato, preparação e organização da iniciativa, designação de relatores, bem como outros elementos de informação considerados relevantes em relação à mesma.
- 3 - Os debates temáticos são abertos à participação e intervenção de organizações, instituições, individualidades e cidadãos em geral.
- 4 - O modelo de debate e a distribuição dos tempos de intervenção serão definidos em sede da Comissão Permanente.
- 5 - Nestas sessões não há «Período de Antes da Ordem do Dia».

Artº 43º

CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA

- 1 - As sessões ordinárias serão convocadas com a antecedência mínima de 8 dias úteis.
- 2 - As sessões extraordinárias serão convocadas com a antecedência mínima de 5 dias úteis.
- 3 - Serão afixados nos lugares de estilo, editais das convocatórias, devendo as mesmas ser divulgadas através da comunicação social do concelho, no sítio eletrónico do Município e nas redes sociais;
- 4 - Os prazos das convocações, previstos nos números 1 e 2, contam-se a partir da data da sua afixação em edital.
- 5 - As convocatórias, que deverão conter a Ordem do Dia, serão enviadas por correio registado com aviso de receção (quando solicitado), bem como, por correio eletrónico e, ou sms a todos os deputados municipais e ao Presidente da Câmara.
- 6 - A documentação relativa a cada sessão será disponibilizada aos deputados municipais à data da convocatória via internet através de servidor criado para o efeito, mediante fornecimento de palavra-chave, ou em suporte de papel sempre que tal seja solicitado.

- 7 - Pode ser convocada sessão extraordinária, por razões de calamidade ou catástrofe, com antecedência inferior ao estabelecido no nº 2, após proposta da Comissão Permanente dos Grupos Municipais.

Artº 44º

QUÓRUM DE FUNCIONAMENTO

- 1 - Considera-se que existe quórum de funcionamento sempre que se encontrar reunida a maioria absoluta dos deputados municipais.
- 2 - A verificação do quórum será feita no início e em qualquer outro momento da sessão, por iniciativa do Presidente da Mesa, ou a pedido de qualquer deputado.
- 3 - A sessão deverá ter início até 30 minutos após a hora marcada na convocatória. Caso dentro deste limite de tempo não se verifique a existência de quórum, o Presidente da Assembleia marcará uma nova data para a sessão.

Artº 45º

DURAÇÃO DAS SESSÕES

- 1 - As sessões das assembleias municipais não poderão exceder a duração de 5 dias e 1 dia, consoante se trate de sessão ordinária ou extraordinária, salvo quando a própria Assembleia deliberar o seu prolongamento, até ao dobro das durações referidas.
- 2 - A duração máxima de cada reunião é de quatro horas, devendo ser convocada nova reunião pelo Presidente se não for esgotada a ordem de trabalhos, a ter lugar no prazo máximo de 48 horas após o término da primeira reunião ou outro período aprovado pelo plenário desde que não exceda 5 dias.
- 3 - As reuniões não devem ser interrompidas, salvo por decisão do Presidente da Mesa para os seguintes efeitos:
 - a) Estabelecimento de intervalos, por períodos não superiores a 15 minutos, a requerimento de qualquer grupo municipal;
 - b) Restabelecimento de quórum, pelo que passados 15 minutos sobre a interrupção, e persistindo a falta de quórum, a sessão será dada por encerrada;
 - c) Restabelecimento de ordem na sala.
- 4 - Cada reunião realizada no âmbito do prolongamento da sessão interrompida confere aos deputados municipais o direito a senha de presença e pagamento de despesas nos termos legais.

Artº 46º

ACESSO PÚBLICO ÀS SESSÕES

- 1- As sessões da Assembleia Municipal são públicas. O público deve manter-se em silêncio, não sendo permitidas quaisquer manifestações de aprovação ou desaprovação.

- 2 - A nenhum cidadão é permitido interromper os trabalhos das sessões ou perturbar a ordem, sem prejuízo da faculdade do Presidente da Assembleia mandar sair do local da reunião o prevaricador, sob pena de desobediência nos termos da lei penal.

As sessões serão transmitidas em directo, através da internet, nos formatos de vídeo e áudio, acessível a todos os cidadãos, utilizando para isso os meios técnicos do município.

- 4- As sessões poderão ser transmitidas em directo por uma rádio local ou qualquer órgão de informação que manifeste interesse na respetiva transmissão sem que daí decorra perturbação dos trabalhos.
- 5- Os registos em áudio ou vídeo efetuados durante as sessões serão disponibilizados para consulta a qualquer cidadão via online

Artº 47º

ATAS E GRAVAÇÃO INTEGRAL DAS REUNIÕES

- 1 - De cada reunião é lavrada ata que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as participações, uma referência sumária de cada intervenção, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada.
- 2 - Das atas deverá também constar uma referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.
- 3 - As atas são lavradas, sempre que possível, por um funcionário da autarquia designado para o efeito, sob supervisão dos secretários da Mesa e postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelos membros da Mesa da Assembleia.
- 4 - As propostas, requerimentos, moções e declarações de voto, quando escritas, são transcritas na íntegra para a ata.
- 5 - As atas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final das reuniões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes, sendo assinadas, após aprovação, pelo Presidente e por quem as lavrou.
- 6 - As minutas das atas para aprovação deverão ser enviadas a todos os membros da Assembleia por e-mail ou por outro meio, a requerimento do deputado, até 8 dias antes da data da realização da reunião seguinte.
- 7 - Cada reunião será registada na íntegra em suporte digital áudio e/ou audiovisual e no final da mesma, entregues cópias à Mesa para arquivo e aos representantes dos grupos municipais no prazo de 72 horas.

Artº 48º

REGISTO NA ATA DO VOTO DE VENCIDO

- 1 - Os membros da Assembleia podem fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.

- 2 - Quando se trate de pareceres a dar a outras entidades, as deliberações são sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas.
- 3 - O registo na ata do voto vencido isenta o emissor deste da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada.

Artº 49º

PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES

Os registos sonoros, visuais e escritos relativos às sessões da Assembleia Municipal são de acesso público nos termos da legislação em vigor, assim como, o Edital das deliberações seja afixado na sede da Assembleia Municipal, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, nas publicações municipais e num local a criar no exterior do Mercado Municipal

CAPÍTULO VII

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Artº 50º

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - A ordem de trabalhos de cada sessão é elaborada pelo Presidente da Assembleia na base das solicitações que lhe chegarem da Câmara Municipal, dos deputados, comissão permanente, grupos municipais ou entidades colectivas e individuais, públicas ou privadas, com interesses ou vivência no concelho de Loulé, bem como de todas as matérias cuja discussão julgue relevante para os interesses do município.
- 2 - A estrutura da ordem de trabalhos deverá ser ordenada da seguinte forma:
 - a) Intervenção do Público;
 - b) Período antes da Ordem do Dia;
 - c) Período da Ordem do Dia.
- 3 - As alterações à Ordem de Trabalhos, no decorrer de uma sessão, carecem de aprovação pela maioria qualificada de dois terços dos deputados presentes, reconhecida a urgência da deliberação imediata.
- 4 - Nas sessões extraordinárias poder-se-á, se tal for acordado na Comissão Permanente, restringir a Ordem de Trabalhos ao Período da Ordem do Dia, nomeadamente quando a sessão tiver como assunto um tema específico.

Artº 51º

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- 1 - Previamente ao Período de Antes da Ordem do Dia, haverá um período reservado à intervenção do público, não superior a 30 minutos, para o que será concedida a palavra

pelo Presidente da Assembleia aos interessados, os quais deverão identificar-se para efeitos de gravação.

- a) Caso se justifique, por razões de interesse municipal e aprovado pelo plenário, poderá ser concedido um período adicional 15 minutos no final da sessão.
- 2- O Presidente dividirá o período de intervenção entre os intervenientes, sendo que no total cada um não poderá exceder os 5 minutos, salvo se necessário e sem prejuízo das restantes intervenções.
- 3- A intervenção do público destina-se à apresentação de assuntos de interesse municipal, bem como à prestação de esclarecimentos dirigidos à Mesa.
- 4- Terminado o período fixado no nº1 a Mesa responde às perguntas formuladas. No caso das perguntas se referirem a assuntos em que seja possível a resposta imediata por parte da Câmara Municipal, será concedido a palavra ao Presidente da Câmara.
- 5 - Não havendo possibilidade de resposta imediata por parte da Mesa ou da Câmara Municipal, as respostas serão dadas no prazo de 30 dias, por escrito ao munícipe através da Mesa da Assembleia.
- 6 - Os intervenientes no período aqui referido, dever-se-ão inscrever para tal, até ao início da sessão, presencialmente ou através de carta ou correio eletrónico para o gabinete de apoio à Assembleia, indicando o nome, contacto e tema a apresentar.

Artº 52º

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1 - Antes do início dos trabalhos inscritos na ordem do dia da sessão, haverá um período não superior a 90 minutos, não prorrogável, destinado a tratar dos seguintes assuntos e pela seguinte ordem:
 - a) Aprovação de atas e informação sobre expediente recebido;
 - b) Leitura dos pedidos de informação ou esclarecimentos, e respetivas respostas, que tenham sido formulados no intervalo das sessões da Assembleia;
 - c) Apresentação, debate e votação sobre propostas, moções de atualidade e urgência, votos de Saudação, Congratulação, Protesto ou Pesar e requerimentos;
 - d) Apreciação de assuntos de interesse do município;
 - e) Formulação de perguntas orais pelos deputados municipais, com respostas orais pela Câmara Municipal.
- 2 - O tempo de cada intervenção dos deputados não poderá exceder quatro minutos e o direito de resposta com tempo máximo de dois minutos.
- 3 - Os grupos municipais têm direito a um tempo global de intervenção segundo os seguintes critérios: seis minutos por cada grupo municipal, acrescido de um minuto por cada membro que o constitui.
- 4 - A Câmara Municipal poderá intervir neste período utilizando um tempo máximo de 25 minutos.
- 5 - É permitida a cedência entre si, no todo ou em parte, do tempo atribuído aos grupos municipais e Câmara Municipal.

6 – O período destinado aos assuntos referidos nas alíneas d) e e) terá a duração máxima de 60 minutos.

Artº 53º

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1- A Ordem do Dia é fixada pelo Presidente da Assembleia Municipal após audição da Comissão Permanente.
- 2- O Período da Ordem do Dia terá a duração máxima de 120 minutos e será destinado, exclusivamente, à matéria constante da convocatória, a qual apenas poderá ser alterada se assim for deliberado por maioria de dois terços dos membros presentes na Assembleia.
- 3- Constituem matérias obrigatórias, a constar da Ordem do Dia:
 - a) Apreciação, nas sessões ordinárias, de um relatório escrito da actividade municipal, bem como da situação financeira do município apresentado pelo Presidente da Câmara, a qual deverá ser enviada ao Presidente da Assembleia e aos deputados municipais com uma antecedência mínima de 5 dias, reportada à data da sessão.
 - b) Apreciação e votação, na sessão ordinária de Abril, do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais bem como os documentos de prestação de contas do ano anterior;
 - c) Apreciação e votação, na sessão ordinária de Novembro ou Dezembro, do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano seguinte;
 - d) Os temas que sejam agendados de acordo com as competências da Assembleia Municipal.
- 4- A duração dos debates dos assuntos inscritos no Período da Ordem do Dia será definida pelo Presidente da Assembleia, depois de ouvida a Comissão Permanente, optando por um conjunto de critérios de distribuição de tempos de acordo com importância e complexidade de cada tema a debate, o qual só poderá ser alterado com a concordância de todos os deputados municipais presentes.
- 5- Os tempos de intervenção do Período da Ordem do Dia serão distribuídos da seguinte forma:
 - a) Quinze (15) minutos para cada grupo municipal, acrescido de um (1) minuto por cada deputado municipal que integre cada grupo;
 - b) A Câmara Municipal dispõe de trinta minutos para prestar informações, esclarecimentos e responder a perguntas dos deputados;
 - c) É permitida a cedência entre si, no todo ou em parte, do tempo atribuído aos grupos políticos e Câmara Municipal.

CAPÍTULO VIII
REGRAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO

Artº 54º

CONCESSÃO DO USO DA PALAVRA E CONTEÚDO DAS INTERVENÇÕES

- 1- Na primeira intervenção, os oradores dirigem-se ao Presidente da Mesa, aos representantes da Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e ao público presente.
- 2- O orador não pode ser interrompido sem o seu consentimento, não sendo, porém, consideradas interrupções as vozes de concordâncias ou discordância.
- 3- O orador é advertido pelo Presidente da Mesa quando se desvie do assunto em discussão ou quando o discurso se torne injurioso ou ofensivo, podendo o Presidente retirar-lhe a palavra se após duas advertências persistir na sua atitude.
- 4- Os oradores que requeiram a palavra são inscritos pela Mesa, pela ordem de entrada dos pedidos.
- 5- O Presidente da Mesa deve assegurar-se de que, sempre que possível, sejam ouvidos alternadamente oradores de tendências políticas diferentes.
- 6- Nenhum deputado municipal pode usar da palavra sem autorização do Presidente da Mesa, o qual advertirá o orador que se afaste do assunto em discussão.

Artº 55º

PONTOS DE ORDEM E INVOCAÇÃO DO REGIMENTO

- 1- É dada prioridade no uso da palavra aos deputados municipais que a peçam para formulação de Pontos de Ordem à Mesa, ou invocação do Regimento, por um tempo que não poderá exceder os dois minutos.
- 2- É igualmente dada prioridade aos deputados municipais que peçam a palavra para qualquer dos seguintes efeitos:
 - a) Requerer o encerramento do debate e a passagem à votação, à excepção das matérias agendadas no Período da Ordem do Dia;
 - b) Requerer o adiamento do debate ou da votação;
 - c) Requerer a interrupção ou a suspensão da sessão.

Artº 56º

USO DA PALAVRA PELOS DEPUTADOS MUNICIPAIS

Os deputados municipais poderão ainda solicitar o uso da palavra para intervenções sobre protestos e contra-protestos, recursos, defesa da honra e correspondentes esclarecimentos, não podendo ultrapassar os dois (2) minutos de intervenção.

Artº 57º

USO DA PALAVRA PELOS MEMBROS DA MESA

Os membros da Mesa que pretendam usar da palavra sobre um determinado assunto deverão fazê-lo integrados no seu grupo municipal só reassumindo as funções na Mesa, no termo do debate e votação do mesmo, salvo consentimento expresso da Assembleia.

Artº 58º

USO DA PALAVRA PELOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL

- 1 - A palavra é concedida ao Presidente da Câmara Municipal ou seu substituto legal, ou ainda ao vereador que aquele indicar para:
 - a) No período de “Intervenção do Público” prestar esclarecimentos aos Cidadãos que assim o solicitarem;
 - b) No período de “Antes da Ordem do Dia” prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Presidente da Mesa, não excedendo o tempo máximo definido no nº 4 do artº 48º;
 - c) No período da “Ordem do Dia”, para:
 - i) apresentar os documentos e propostas submetidos pela Câmara Municipal nos termos legais à apreciação da Assembleia;
 - ii) responder às perguntas formuladas pelos deputados;
 - iii) invocar o Regimento e solicitar esclarecimentos à Mesa.
- 2- A palavra é concedida aos vereadores no período da “Ordem do Dia”, para:
 - a) intervir sem direito a voto nas discussões, a solicitação do plenário da Assembleia Municipal ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal, exercendo nestes casos, dentro do tempo de intervenção previsto para a Câmara Municipal, o direito de resposta;
 - b) intervir para exercício do direito de defesa da honra.
- 3- A pedido da Câmara Municipal, poderá a Mesa autorizar excepcionalmente, após aprovação do plenário, a intervenção de técnicos para esclarecimento complementar das matérias em debate.

Artº 59º

REQUERIMENTOS

- 1- São considerados requerimentos apenas os pedidos dirigidos à Mesa respeitantes ao processo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto ou ao funcionamento da reunião.
- 2- Os requerimentos podem ser formulados por escrito ou oralmente, podendo o Presidente, sempre que o entender conveniente, determinar que um requerimento oral seja formulado por escrito.

- 3- Os requerimentos orais, assim como a leitura dos requerimentos escritos, não podem exceder os dois (2) minutos.
- 4- Os requerimentos, uma vez admitido pela Mesa, são imediatamente votados sem discussão.
- 5- A votação dos requerimentos é feita pela ordem de apresentação.

Artº 60º

RECURSOS

- 1- Qualquer Deputado Municipal pode recorrer da decisão do Presidente da Mesa para o plenário da Assembleia.
- 2- O uso da palavra para fundamentação do recurso não pode exceder 2 (dois) minutos.
- 3- Para intervir sobre o objecto do recurso pode usar da palavra, por tempo não superior a 2 (dois) minutos, um representante de cada Grupo Municipal.
- 4- Após as intervenções, o Recurso será sujeito a votação do plenário, não havendo lugar a declarações de voto orais.

Artº 61º

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

- 1- A palavra para esclarecimentos sobre os assuntos em debate limita-se à formulação concisa da pergunta e da resposta sobre a matéria em dúvida.
- 2- Os Deputados Municipais que queiram formular pedidos de esclarecimentos devem inscrever-se no termo da intervenção que os suscitou, sendo formulados pela ordem de inscrição e respondidas em conjunto se o interpelante assim o entender.
- 3- O orador interrogante e o orador respondente dispõem de dois (2) minutos para cada intervenção.

Artº 62º

REACÇÃO CONTRA OFENSAS À HONRA OU CONSIDERAÇÃO

- 1- Sempre que um Deputado Municipal considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode, para se defender, usar da palavra por tempo não superior a dois (2) minutos, logo que terminada a intervenção considerada ofensiva.
- 2- O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a dois (2) minutos.
- 3- A reacção e as explicações deverão ser imediatas sobre o ato ofensivo.

Artº 63º

PROTESTOS E CONTRAPROTESTOS

- 1- Por cada Grupo Municipal e sobre a mesma matéria é permitido um protesto.
- 2- O tempo do protesto não pode ser superior a dois (2) minutos.
- 3- Não são admitidos protestos a pedidos de esclarecimentos e às respetivas respostas, bem como às declarações de voto.
- 4- Os contraprotestos não podem exceder dois (2) minutos por cada protesto.

Artº 64º

VOTAÇÃO

- 1- As deliberações são tomadas com a presença da maioria do número legal dos membros da Assembleia Municipal, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.
- 2- Nenhum Deputado Municipal presente pode deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção.
- 3- A Assembleia Municipal vota normalmente por braço erguido e o Presidente tem voto de qualidade em caso de empate.
- 4- As votações por escrutínio secreto realizar-se-ão sempre que estejam em causa a eleição ou a designação de pessoas, ou ainda se a Assembleia Municipal assim o deliberar.
- 5- Qualquer deputado municipal pode requerer à Mesa a votação por partes, quando o texto a votar puder ser dividido de tal forma que cada uma das partes tenha conteúdo lógico ou valor normativo próprio.
- 6- A Mesa anunciará o resultado das votações, especificando a distribuição partidária dos votos.

Artº 65º

DECLARAÇÃO DE VOTO

- 1 - Após uma votação, qualquer deputado municipal pode apresentar na Mesa uma declaração de voto escrita, podendo ser feita oralmente uma declaração de voto por cada grupo municipal, ou deputado independente, com um limite de dois (2) minutos.
- 2- Não são permitidas declarações de voto no caso de votações sobre questões processuais.

CAPÍTULO IX
PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS

Artº 66º

RESOLUÇÕES

- 1 - Qualquer deputado, grupo municipal ou conjunto de deputados pode apresentar propostas de resolução sobre assuntos agendados na Ordem do Dia das sessões da Assembleia a fim de se incluírem no debate, desde que entregues à Mesa por escrito possibilitando a sua distribuição até dois (2) dias úteis antes da sessão para que possam ser votadas até o final do respetivo debate.
- 2 - As resoluções sobre um mesmo assunto podem fundir-se, por acordo de todos os seus subscritores.
- 3 - As resoluções podem ser reformuladas, a requerimento de qualquer deputado, com o consentimento do proponente.

Artº 67º

MOÇÕES

- 1 - Qualquer deputado, grupo municipal ou conjunto de deputados pode apresentar moções sobre assuntos a agendar na Ordem do Dia das sessões da Assembleia a fim de se incluírem no debate, desde que entregues à Mesa por escrito, possibilitando a sua distribuição até dois (2) dias úteis antes da sessão. para que possam ser votadas até o final do respetivo debate. As moções sobre um mesmo assunto podem fundir-se, por acordo de todos os seus subscritores.
- 2 - As moções podem ser reformuladas, a requerimento de qualquer deputado, com o consentimento do proponente.

Artº 68º

MOÇÕES DE ATUALIDADE E URGÊNCIA

- 1 - Qualquer deputado, grupo municipal ou conjunto de deputados pode apresentar propostas de Moção de Atualidade e Urgência para debate e votação no Período de Antes da Ordem do Dia de qualquer sessão da Assembleia, respeitando o princípio da alternância, e desde que entregues na Mesa por escrito até o início da mesma.
- 2 - A admissibilidade das propostas referidas no número anterior fica condicionada à verificação pela Assembleia da real atualidade e urgência das matérias versadas, as quais não podem incidir sobre temas já inscritos na ordem do dia.

- 3 - O debate e a votação das propostas de Moção de Atualidade e Urgência só poderão ter lugar após a distribuição de cópias aos porta-vozes dos grupos municipais, e aos deputados independentes.
- 4 - O debate de cada proposta de moção de atualidade e urgência é limitado à duração máxima de quinze (15) minutos, com uma intervenção até cinco (5) minutos de um dos subscritores, sendo que o restante tempo dividido pelos grupos municipais e deputados independentes, após o que se passará de imediato à sua votação.

Artº 69º

PERGUNTAS E RESPOSTAS ORAIS

- 1- No Período de Antes da ordem do Dia, haverá um período de perguntas à Câmara Municipal com resposta oral.
- 2- Cada deputado municipal poderá apresentar oralmente as suas questões ao Presidente da Câmara através do Presidente da Mesa e a resposta aos deputados será prestada oralmente na própria sessão.
- 3- Em cada sessão, cada deputado municipal não pode apresentar mais do que três questões.
- 4- O Presidente da Mesa zelará por forma a que seja respeitada a ordem das perguntas e, sempre que possível, a alternância entre os diferentes grupos municipais, bem como o uso dos respetivos períodos de tempo.

Artº 70º

PERGUNTAS E RESPOSTAS ESCRITAS

- 1- Qualquer deputado municipal, grupo municipal ou conjunto de deputados pode formular perguntas escritas à Câmara Municipal sobre assuntos da sua competência, ou obter do executivo informações que considere úteis para o desempenho do seu mandato.
- 2- As perguntas e os pedidos de informação referidos no número anterior deverão dar entrada na Mesa da Assembleia, a qual decidirá da sua admissibilidade nos termos do regimento no prazo de 8 dias, que se admitidos os remeterá de imediato para o Presidente da Câmara Municipal, a fim de obter resposta escrita ao solicitado, no prazo máximo de quinze (15) dias.

Artº 71º

DEBATE E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO

- 1 - A proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano será remetida a todos os deputados municipais com uma antecedência de pelo menos quinze (15) dias, juntamente com a convocatória da sessão relativa ao seu debate e votação.

- 2 - A proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano apresentada pela Câmara Municipal é aprovada ou rejeitada em bloco. Neste caso, a Assembleia enviará à Câmara Municipal o resultado da votação e eventuais propostas de recomendação de alterações.
- 3 - As propostas de recomendação de alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano deverão dar entrada na Mesa da Assembleia com cinco dias de antecedência sobre a reunião onde será discutida e votada essa matéria, e distribuídas com carácter de urgência pelos porta-vozes dos grupos municipais, deputados independentes e Câmara Municipal.
- 4 - O debate e a votação da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano decorrerá da seguinte forma:
 - a) Debate na generalidade;
 - b) Debate na especialidade;
 - c) Votação das propostas de recomendação de alteração;
 - d) Votação global do Orçamento e Grandes Opções do Plano.
- 5- O debate e votação da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano não poderá exceder o tempo máximo destinado ao Período da Ordem do Dia.

Artº 72º

DEBATE E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 1- A proposta do Relatório e Prestação de Contas será remetida a todos os deputados municipais com uma antecedência de pelo menos quinze (15) dias, juntamente com a convocatória da sessão relativa ao seu debate e votação.
- 2- A proposta de Relatório e Prestação de Contas apresentada pela Câmara Municipal é aprovada ou rejeitada em bloco. Neste caso, a Assembleia enviará à Câmara Municipal o resultado da votação.
- 3- O debate e a votação da proposta de Relatório e Prestação de Contas decorrerá da seguinte forma:
 - a) debate na generalidade;
 - b) debate na especialidade;
 - c) votação global do Relatório e Prestação de Contas.
- 4- O debate e votação da proposta do Relatório e Prestação de Contas não poderá exceder o tempo máximo destinado ao Período da Ordem do Dia.

Artº 73º

MOÇÕES DE CENSURA À CÂMARA MUNICIPAL

As moções de censura devem ser subscritas por qualquer grupo municipal, ou de um terço dos deputados municipais em efectividade de funções, e a sua discussão deverá ser agendada para os quarenta cinco (45) dias subsequentes à data da sua apresentação.

Artº 74º

IMPEDIMENTOS

Nenhum deputado municipal pode participar na discussão e votação de matérias que lhe digam directamente respeito, ou a parentes seus e afins, em linha recta ou até ao segundo grau da linha colateral.

**CAPÍTULO X
PROVEDOR DO MUNÍCIPE**

Artº 75º

PROVEDOR DO MUNICÍPE

- 1- Compete à Assembleia Municipal aprovar o Regulamento do Provedor do Município, onde deverão estar expressos, de forma clara, os requisitos de elegibilidade, o processo de eleição, as funções, as competências, os direitos e os deveres do Provedor.
- 2- É, ainda, da competência da Assembleia Municipal, a eleição do Provedor, nos termos definidos no Regulamento referido no número anterior.

**CAPÍTULO XI
MODIFICAÇÕES AO REGIMENTO**

Artº 76º

ALTERAÇÕES AO REGIMENTO

- 1 - Qualquer deputado municipal pode propor modificações ao Regimento.
- 2 - As alterações ao presente Regimento só podem ser aprovadas se recolherem os votos favoráveis da maioria de dois terços dos deputados municipais em efectividade de funções, as quais entrarão em vigor no dia imediatamente subsequente à sua aprovação.
- 3 - O texto integral do Regimento conforme aprovado será distribuído a todos os deputados municipais por meio de livro editado para o efeito.

Artº 77º

ENTRADA EM VIGOR

O presente Regimento entrará em vigor no dia seguinte à sua aprovação.

Índice

CAPÍTULO I - DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
ARTº 1º - Sede	2
ARTº 2º - Natureza	2
ARTº 3º - Composição	2
ARTº 4º - Convocação para o ato de instalação	3
ARTº 5º - Instalação	3
ARTº 6º - Primeira reunião	3
ARTº 7º - Competências de funcionamento	4
ARTº 8º - Competências de apreciação e fiscalização	4
ARTº 9º - Comissões eventuais e grupos de trabalho	7
ARTº 10º - Participação da Câmara Municipal	7
CAPÍTULO II - MESA DA ASSEMBLEIA	
ARTº 11º - Composição e eleição da Mesa	8
ARTº 12º - Competências da Mesa	8
ARTº 13º - Competências do Presidente	9
ARTº 14º - Competências dos Secretários	10
ARTº 15º - Funcionamento permanente da Mesa	11
CAPÍTULO III: DEPUTADOS MUNICIPAIS	
ARTº 16º - Duração do mandato	11
ARTº 17º - Verificação de poderes e tomada de posse	11
ARTº 18º - Suspensão de mandato	11
ARTº 19º - Cessação da suspensão	12
ARTº 20º - Ausência inferior a 30 dias	12
ARTº 21º - Renúncia ao mandato	12
ARTº 22º - Perda de mandato	13
ARTº 23º - Cessação do mandato	14
ARTº 24º - Substituição dos deputados	14
ARTº 25º - Preenchimento de vagas	15
ARTº 26º - Participação nas sessões	15
ARTº 27º - Dispensa de funções	15
ARTº 28º - Deveres dos deputados	15
ARTº 29º - Direitos dos deputados	16
CAPÍTULO IV: PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA	
ARTº 30º - Participação nas sessões	17

CAPÍTULO V: GRUPOS MUNICIPAIS	
ARTº 31º - Constituição	18
ARTº 32º - Representação dos grupos municipais	18
ARTº 33º - Organização e instalações	18
ARTº 34º - Comissão Permanente	18
ARTº 35º - Designação de representantes	19
CAPÍTULO VI: SESSÕES DA ASSEMBLEIA	
ARTº 36º - Local das sessões	19
ARTº 37º - Sessões Ordinárias	20
ARTº 38º - Sessões Extraordinárias	20
ARTº 39º - Debate sobre o Estado do Município	21
ARTº 40º - Sessões sobre Temas de Natureza Relevante	21
ARTº 41º - Sessões sobre Debates Específicos	22
ARTº 42º - Sessões sobre Temas Temáticos	22
ARTº 43º - Convocação da Assembleia	22
ARTº 44º - Quórum de funcionamento	23
ARTº 45º - Duração das sessões	23
ARTº 46º - Acesso público às sessões	23
ARTº 47º - Atas e gravação integral das sessões	24
ARTº 48º - Registo na ata do voto de vencido	24
ARTº 49º - Publicidade das deliberações	25
CAPÍTULO VII – ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS	
ARTº 50º - Ordem de trabalhos	25
ARTº 51º - Período de intervenção do público	25
ARTº 52º - Período de “Antes da Ordem do Dia”	26
ARTº 53º - Período da Ordem do Dia	27
CAPÍTULO VIII – REGRAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO	
ARTº 54º - Concessão do uso da palavra e conteúdo das intervenções	28
ARTº 55º - Pontos de ordem e invocação do regimento	28
ARTº 56º - Uso da palavra pelos deputados municipais	28
ARTº 57º - Uso da palavra pelos membros da Mesa	29
ARTº 58º - Uso da palavra pelos membros da Câmara Municipal	29
ARTº 59º - Requerimentos	29
ARTº 60º - Recursos	30
ARTº 61º - Pedidos de esclarecimento	30
ARTº 62º - Reação contra ofensas à honra ou consideração	30
ARTº 63º - Protestos e contraprotestos	31
ARTº 64º - Votação	31
ARTº 65º - Declaração de voto	31

CAPÍTULO IX: PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS	
ARTº 66º - Resoluções	32
ARTº 67º - Moções	32
ARTº 68º - Moções de atualidade e urgência	32
ARTº 69º - Perguntas e respostas orais	33
ARTº 70º - Perguntas e respostas escritas	33
ARTº 71º - Debate e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano	33
ARTº 72º - Debate e votação do Relatório e Prestação de Contas	34
ARTº 73º - Moções de censura à Câmara Municipal	34
ARTº 74º - Impedimentos	35
CAPÍTULO X: PROVIDOR MUNICIPAL	
ARTº 75º - Provedor Municipal	35
CAPÍTULO XI - MODIFICAÇÕES AO REGIMENTO	
ARTº 76º - Alterações ao regimento	35
ARTº 77º - Entrada em vigor	35